

Sarney aposta tudo no presidencialismo

Irritou-se o presidente José Sarney, neste fim de semana, ao ler nos jornais que um grupo de parlamentaristas insistirá na ameaça de reduzir-lhe o mandato para quatro anos caso continue lutando pela permanência do presidencialismo e esse sistema de governo termine prevalecendo na futura Constituição. A hipótese foi aventada semanas atrás e decresceu. Agora volta com mais intensidade. Pretendem seus autores ser essa a forma de evitar que Sarney trabalhe contra o parlamentarismo, como vem fazendo, até que a questão se decida no final do mês, na Comissão de Sistematização. De sexta-feira para cá, certos núcleos parlamentaristas não falam de outra coisa e dão de ombros quando lembrados que, não faz pouco, chegaram a propor seis anos para o atual período presidencial, desde que o presidente se omitisse no debate sobre sistema de governo. Da tentativa de suborno, lançam-se na chantagem, pois outra palavra não há.

Como comentou em tom determinado a um auxiliar de primeiro nível, Sarney não aceita e não admite esse tipo de jogo político. Defende o presidencialismo por julgá-lo o sistema que melhor se adapta à nossa realidade. Na atual conjuntura, a adoção do parlamentarismo equivaleria a um salto no escuro. Por isso, tem participado e mais participará do trabalho de convencimento de parlamentares, no sentido de rejeitarem a proposta parlamentarista. Não o faz por razões pessoais, ligadas à perda de poder e de espaço, dentro do governo. Poderia, inclusive, sustentar ter sido eleito dentro de um sistema presidencialista, não havendo como seu mandato e seus deveres e prerrogativas sofrerem modificações ou reduções. Prefere, porém, levar o debate para nível mais amplo, ligado a razões de Estado.

Assim, insurge-se contra a ameaça, repudiando-a, como não aceitou a sugestão de que, se ficasse calado, teria garantidos seis anos de poder. Continuará empenhado na defesa do sistema presidencialista, ainda que em nenhum momento se negue a conversar, dialogar e buscar pontos de entendimento e de consenso. O pior que poderia acontecer ao País, na atual quadra, seria um confronto entre posições inflexíveis. Julga imprescindível que na elaboração da nova Constituição maiores poderes e responsabilidades sejam dadas ao Congresso. Gostaria de ver um Legislativo ainda mais participante e responsável, no período de

governo que lhe resta. Propostas e sugestões nesse sentido têm sido debatidas e discutidas.

A partir de quinta-feira, depois de conhecido dois dias antes o segundo projeto Bernardo Cabral, começaram as decisões na Comissão de Sistematização. Deputados e senadores não estarão mais apresentando emendas nem trazendo fórmulas novas ao debate. Se não ocorrer nas próximas 24 horas o anstado mas cada vez mais remoto entendimento ou consenso, a questão irá mesmo para o voto. Parlamentaristas e presidencialistas baterão chapa. O texto do relator, instituindo o parlamentarismo quase clássico, ou permanece o presidencialismo, ainda que modernizado e favorecendo mais o Congresso. Quem vencerá superado fase importantíssima, pois a corrente derrotada, para obter a vitória final no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro ou dezembro, precisará mobilizar 279 votos, em 559. Tarefa árdua, missão quase impossível.

Daí o acodamento e a utilização de práticas pouco éticas, como a de ameaçar o presidente da República com a redução de seu mandato para quatro anos caso prevaleça o presidencialismo. Ainda mais porque os que o ameaçam até pouco tempo defendiam os cinco ou os seis anos.

Existe um setor, na Assembleia Nacional Constituinte, interessado exclusivamente em fugitar o presidente. Parecem pretender vingar-se dele só por ser presidente. Aproximam-se do período adverso vivido pela administração federal, da mesma forma como, no auge da popularidade do Plano Cruzado, se omitiam e ficavam em silêncio. Sustentam os quatro anos e são minoritários. A eles se unem, agora, os parlamentaristas interessados na chantagem.

Fica impossível fazer previsões a longo prazo, principalmente sobre quem, no final de tantos embates, acabará vencedor ou derrotado. Porque, com a equação complicada como está, o presidencialismo poderá vencer, mas Sarney, pessoalmente, perder. Ou obter sucesso, na medida em que a ameaça não se cumpra por falta de número dos ameaçadores. Ninguém sabe.

Ontem, os cálculos feitos e referidos continuavam na mesma. Os presidencialistas imaginando que conseguirão maioria de 47 votos sobre os 93 da Comissão de Sistematização; os parlamentaristas garantindo exatamente o oposto. E os povos ainda empenhados na conciliação, cada vez mais desesperançados.